

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE JOVENS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS O caso do programa *Escolhas* (2001-2023)

Pedro Abrantes

Universidade Aberta, Laboratório de Educação a Distância e eLearning (LE@D) e Iscte — Instituto
Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

Otávio Raposo

Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

Lígia Ferro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto,
Porto, Portugal

Pedro Varela

Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

Beatriz Lacerda

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto,
Porto, Portugal

Teresa Seabra

Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

Mateus Sadock

Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

Liliana Moreira

Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I. P.), Porto, Portugal

João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto,
Porto, Portugal

Resumo O presente artigo discute políticas públicas de inclusão dos jovens em territórios marcados por processos de segregação urbana e marginalização social, a partir de uma análise do *Escolhas*, principal programa público em Portugal neste domínio. O artigo parte de uma revisão da literatura internacional, na qual se sistematizam tendências das políticas neste campo e se exploram os seus efeitos sociais. Depois de uma nota metodológica, caracteriza-se a evolução do programa *Escolhas*, identificando impactos e limitações, com base numa revisão documental sistemática das atas de Resoluções do Conselho de Ministros e dos relatórios de avaliação externa, entre 2001 e 2023. Por fim, à luz dos resultados obtidos, reflete-se sobre a relação entre o *Escolhas* e a condição dos jovens em contextos periféricos, enunciando algumas implicações para a investigação científica e para as políticas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas, intervenção social, exclusão, juventude, bairros, desigualdades.

Public policies for the inclusion of young people in peripheral contexts: the case of the *Escolhas* programme (2001-2023)

Abstract This article discusses public policies for the inclusion of young people in areas marked by urban segregation and social marginalisation, based on an analysis of *Escolhas*, the main public programme in Portugal in this field. The article begins with a review of the international literature, which systematises policy trends in this field and explores their social effects. After a methodological note, the evolution of the *Escolhas* programme is characterised, and some of its impacts and limitations are sketched, based on a systematic content-analysis of the minutes of the Council of Ministers' Resolutions and external evaluation reports between 2001 and 2023. Finally, considering the results obtained, we reflect on the relationship between *Escolhas* and the condition of young people in peripheral contexts, setting out some implications for scientific research and public policy.

Keywords: public policies, social intervention, exclusion, youth, neighbourhoods, inequalities.

Politiques publiques d'inclusion des jeunes dans les contextes périphériques: le cas du programme *Escolhas* (2001-2023)

Résumé Le présent article traite des politiques publiques d'inclusion des jeunes dans les territoires marqués par des processus de ségrégation urbaine et de marginalisation sociale, à partir d'une analyse du programme *Escolhas*, principal programme public portugais dans ce domaine. L'article s'appuie sur une revue de la littérature internationale, qui systématise les tendances politiques dans ce domaine et explore leurs effets sociaux. Après une note méthodologique, il caractérise l'évolution du programme *Escolhas*, en identifiant ses impacts et ses limites, sur la base d'une revue documentaire systématique des procès-verbaux des résolutions du Conseil des ministres et des rapports d'évaluation externe, entre 2001 et 2023. Enfin, à la lumière des résultats obtenus, il réfléchit à la relation entre *Escolhas* et la condition des jeunes dans les contextes périphériques, en énonçant certaines implications pour la recherche scientifique et les politiques publiques.

Mots-clés: politiques publiques, intervention sociale, exclusion, jeunesse, quartiers, inégalités.

Políticas públicas de inclusión de jóvenes en contextos periféricos: el caso del programa *Escolhas* (2001-2023)

Resumen El presente artículo analiza las políticas públicas de inclusión de los jóvenes en territorios marcados por procesos de segregación urbana y marginación social, a partir de un análisis de *Escolhas*, el principal programa público en Portugal en este ámbito. El artículo parte de una revisión de la literatura internacional, en la que se sistematizan las tendencias de las políticas en este campo y se exploran sus efectos sociales. Tras una nota metodológica, se caracteriza la evolución del programa *Escolhas*, identificando sus impactos y limitaciones, a partir de una revisión documental sistemática de las actas de las resoluciones del Consejo de Ministros y de los informes de evaluación externa, entre 2001 y 2023. Por último, a la luz de los resultados obtenidos, se reflexiona sobre la relación entre *Escolhas* y la situación de los jóvenes en contextos periféricos, enunciando algunas implicaciones para la investigación científica y las políticas públicas.

Palabras-clave: políticas públicas, intervención social, exclusión, juventud, barrios, desigualdades.

Introdução

As desigualdades e a exclusão social constituem um dos grandes desafios das sociedades contemporâneas, sendo especialmente complexo no caso da juventude, condição marcada por uma relativa ambiguidade, sujeita a promessas e

oportunidades, mas também riscos, “pânicos morais” e formas de subordinação específicas (Zaluar, 1996; De Tommasi, 2014; Elliott, Thomas e Byrne, 2020). Os jovens de bairros marcados por processos de segregação urbana e marginalização social tendem a acumular uma situação vulnerável e precária em várias dimensões da vida, sendo frequentemente vistos como “marginais”, a quem falta cultura, conhecimento e qualificações (Blokland, 2019; Hancock, 2018). Discursos mediáticos e institucionais a eles dirigidos continuam a representá-los no campo do desvio e da violência (Cassab *et al.*, 2016). Sabemos, contudo, que são jovens cada vez mais escolarizados, participantes em diferentes culturas urbanas e que, não raras vezes, se têm destacado, entre outros domínios, no âmbito das produções artísticas, culturais e desportivas (Ferro, 2016; Howard, 2023).¹

Como se têm desenvolvido as políticas públicas orientadas para a inclusão destes jovens? Quais os seus principais objetivos, linhas de ação e efeitos? Têm efetivamente mitigado os efeitos das desigualdades e exclusões sociais, criando oportunidades de inclusão e valorização, tal como se afirma como direito de qualquer cidadão em sociedades democráticas? Para contribuir para uma resposta a estas perguntas, com base nos primeiros resultados de um projeto de investigação em curso, providenciamos neste artigo uma análise documental do programa Escolhas (entre 2001 e 2023), o principal instrumento de políticas públicas que o estado português desenvolveu, ao longo das últimas duas décadas, orientado para esta problemática. Essa análise é enquadrada, previamente, por uma revisão da literatura sobre as políticas públicas dirigidas aos jovens em contextos periféricos, a nível nacional e internacional.

Revisão da literatura

As políticas de inclusão social têm já uma longa história, tendo merecido investimentos significativos, sobretudo, a partir da II Guerra Mundial, associados com o conceito de estado-providência, ainda que este tenha conhecido diferentes modalidades e intensidades nos diferentes países (Esping-Andersen, 1990).

Se é certo que os programas de intervenção social têm, em geral, como objetivo providenciar o acesso das classes mais desfavorecidas a direitos fundamentais, incluindo aqui a educação, a saúde, a habitação ou o trabalho, já nos anos 70 e 80, autores como Donzelot (1979 [1977]) e Cohen (1985) revelaram como um complexo controlo social das famílias e dos jovens, não tão centrado na punição dos crimes, se foi formando através da filantropia, da assistência social, da educação obrigatória e da psiquiatria. Na mesma linha, Robert Castel (1991) realçou a presença generalizada da noção de “risco” em programas de intervenção social nos Estados Unidos e em França, demonstrando como as estratégias preventivas de gestão social se

1 Este artigo foi produzido no âmbito do projeto Criatividades Periféricas: Juventude, Artes e Políticas Públicas em Territórios Segregados — PERICREATIVITY (referência: 2022.08993.PTDC), financiado pelo Governo Português através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). O projeto está disponível no DOI: <https://doi.org/10.54499/2022.08993.PTDC>

tinham alterado para a projeção de uma ordem governamental sobre as populações, enfatizando os “fatores de risco”. A adoção desta abordagem sublinhava a centralidade da vigilância e do controlo nas sociedades, nomeadamente no que diz respeito a uma certa juventude — racializada e residente em bairros marginalizados. A este propósito, Loïc Wacquant (2006) sugere o uso do termo “relegação urbana”, para pensar os processos estruturais pelos quais pessoas são empurradas e mantidas em lugares marginais, onde políticas de penalização da pobreza reforçam a instabilidade social para as frações mais precárias da classe trabalhadora.

Soo Ah Kwon (2013), por sua vez, argumenta que punição e prevenção surgem cada vez mais associadas. Desta forma, os “jovens de risco” são incentivados a serem responsáveis e sujeitos ativos no empoderamento dos seus bairros, numa extensão dos valores de mercado às condutas individuais. Entre os jovens que não se reveem nestes princípios de cidadania elaborados pelo estado, continuam a ser aplicadas medidas estatais punitivas (Kwon, 2013; Raposo, 2022). Também nesta linha, Uitermark (2014) sustenta que a relegação e a repressão desempenham papéis cada vez mais significativos no exercício do controlo social sobre comunidades e territórios marginalizados. Através de um conjunto de tecnologias governamentais, as autoridades centrais e locais reconfiguram os bairros com o objetivo de torná-los mais governáveis, para estabelecer ou recuperar o domínio sobre as áreas onde é desafiado o monopólio do estado sobre a violência simbólica e física. Trata-se de ações, políticas e estratégias que visam (i) “limpar” o espaço de atores e práticas sociais “perigosas”; e (ii) implementar valores e normas sociais moralmente higienizadas. Essas intervenções podem assumir um caráter mais inclusivo — como festas comunitárias e visitas guiadas de arte urbana — ou mais punitivo — como o uso de câmaras de videovigilância nas ruas e o policiamento ostensivo (Blokland, 2019). Como assinalam Veena Das e Deborah Poole (2004), o estado não se enfraquece, nem é menos articulado, nas margens territoriais e sociais. Na verdade, as margens são um elemento necessário do estado, movendo-se, tanto dentro como fora deste. Assim, os territórios marginalizados são também produto do estado e do mercado, impondo sobre eles formas de regulação específicas (Wacquant, 2023). Em contextos de retração das políticas macrossociais de redução das desigualdades sociais, tendem a ganhar força intervenções “focalizadas” e que transferem para a responsabilidade dos agentes locais a superação de tensões sistémicas, as quais têm merecido o apoio de organismos intergovernamentais como a Comissão Europeia (Jacquier, 2005; Aalbers e Beckhoven, 2010) e as Nações Unidas (Raposo, 2022).

O envolvimento das comunidades nos esforços de governação de territórios segregados e racializados tem sido fundamental para as políticas de integração, abrindo um novo paradigma de políticas urbanas para áreas marginalizadas. Porém, como lembra Ash Amin (2005), o “empoderamento comunitário” não serve para melhorar a economia e a sociedade nas áreas mais afetadas, perguntando porque uns lugares merecem apenas a “comunidade local” e outros gozam a “sociedade cosmopolita”. Num estudo em França, Walter J. Nicholls (2006) mostra como as intervenções assentes nas organizações comunitárias foram responsáveis pela burocratização e fragilização de alguns bairros. Também Simone Van de Wetering

(2023) refere que os residentes de bairros segregados são, há muito tempo, considerados como um grupo “vulnerável” que “necessita de ajuda”, mas espera-se agora que sejam cidadãos ativos e (co)criadores na melhoria do seu bairro. Soo Ah Kwon (2013) designa como “governamentalidade afirmativa” esse processo de empoderar os jovens racializados e periféricos, no exercício da autorresponsabilização e regulação dos seus bairros.

Apesar de reconhecer estas tendências, Uitermark (2014) defende que, pelo menos na Europa Ocidental, o paradigma da integração tem dominado a “governança da marginalidade”, procurando opor-se aos princípios da segregação. O autor sugere também que as comunidades tendem a ser consideradas parceiras nos projetos e políticas do estado, num esforço para combater a fragmentação social e simbólica que tem afetado (e enfraquecido) estes bairros. Assim, a participação comunitária torna-se um projeto governamental e as políticas, para a cidade e para o bairro, centrais para atenuar os antagonismos sociais e urbanos. Têm ganho particular relevância os projetos que procuram mobilizar formas de expressão associadas ao universo juvenil das periferias urbanas (com destaque para a *street art*) enquanto via para a revitalização dos bairros, a inclusão social e o empoderamento (Matoga e Pawlowska, 2018; Sweeney *et al.*, 2018; Campos e Sequeira, 2020; Crespi-Vallbona e Mascarilla-Miró, 2021; Raposo, 2023). Apesar de o êxito de algumas dessas iniciativas ter gerado, aliás, uma “corrida” entre as capitais europeias, convirá atender às tensões que têm caracterizado esses programas de “*placemaking*”, sob forte influência de políticas neoliberais da cidade criativa. Essas tensões incluem a mitigação do potencial crítico e disruptivo frequentemente associado às artes urbanas, a preferência por artistas consagrados a nível global, em detrimento dos jovens que habitam os bairros, e as estratégias de “gentrificação” e “turistificação”, contribuindo para a exclusão dos moradores mais pobres para outras (e novas) periferias (*e.g.*, Baudry, 2017; Lew, 2017; Mansilla e Milano, 2019; Pritchard, 2020; Gato *et al.*, 2022; Ferro, 2015 e 2016).

Entre as políticas orientadas para os jovens, tem merecido mais investimento a expansão dos percursos de escolaridade, o que nos territórios segregados e/ou periféricos tem incluído não apenas o alargamento da rede educativa para garantir o acesso universal e gratuito ao ensino básico e secundário, mas também programas “compensatórios” de promoção do sucesso escolar e apoios sociais ao prosseguimento dos estudos. Numa comparação internacional das políticas de “educação prioritária” em vários países europeus, Frandji e Rochex (2011) distinguem três etapas: uma primeira orientada para o combate às desigualdades (anos 1970-80); uma segunda em que o enfoque foi transferido para o combate à exclusão (anos 90); e uma terceira dominada pelas preocupações de adaptação à diversidade e gestão do risco (início do século XXI). Um outro estudo comparativo (Alegre, Collet e González, 2011), apesar de reconhecer variações entre países, observa que estas políticas se têm focado, sobretudo, nos resultados escolares e não têm sido capazes de provocar alterações estruturais nos padrões de desigualdade educativa e social, permitindo a mobilidade de uma minoria de jovens (frequentemente, os mais favorecidos no seu contexto), mas mantendo ou até acentuando a segregação dos territórios e das escolas que os servem, o que é confirmado por estudos mais

recentes realizados em França (Felouzis, Fouquet-Chauprade e Charmillot, 2018; Courtioux e Maury, 2021) e no Reino Unido (Chapman e Ainscow, 2019).

Este panorama internacional ajusta-se bem aos estudos que se têm realizado em Portugal, sendo importante notar que as estruturas do estado-providência eram escassas até à revolução de 1974. Apesar dos avanços nas décadas subsequentes, essas estruturas têm sido condicionadas por ciclos de austeridade (Hespanha, Ferreira e Pacheco, 2014). No caso da juventude, a orientação “familista” do estado social, a par de um mercado ainda assente em trabalho precário e pouco qualificado, têm dificultado (e adiado) as transições para a vida adulta (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2009; Carmo e Matias, 2019). A aposta na educação permitiu, nas últimas décadas, uma redução do insucesso e abandono escolares, ainda que estes fenómenos se mantenham expressivos nos territórios e grupos sociais mais vulneráveis, sendo pouco visível o efeito dos programas de educação prioritária (Lopes, 2011; Ferraz, Neves e Nata, 2019; Abrantes, 2022). Por seu lado, se desde os anos 1990 o aumento das crianças imigrantes e descendentes de imigrantes tem conduzido a políticas promotoras da interculturalidade, os estudos sobre os impactos nas escolas não deixam de frisar o insucesso repetido, a ausência de apoios específicos e o recurso frequente ao encaminhamento para ofertas profissionalizantes como via de conclusão do ensino básico e secundário (Mateus e Seabra, 2016; Abrantes e Rolão, 2019).

Neste contexto, o programa Escolhas foi ainda pouco estudado, prevalecendo uma literatura com base em estudos de avaliação externa. A redução da criminalidade e do abandono escolar constituem indicadores importantes (Calado e Duarte, 2015), mas não refletem necessariamente uma alteração estrutural nas oportunidades de integração e valorização dos jovens dos bairros periféricos (Raposo *et al.*, 2019). Numa comparação do Escolhas com o programa VAI, no Brasil, Raposo e Aderaldo (2019: 129) revelam os múltiplos sentidos de participação dos jovens, cuja “aplicação pode contribuir para afirmar tanto uma agenda emancipatória quanto uma lógica de controlo social e gestão da pobreza”. Estes autores notam que o Escolhas teve um papel domesticador das subjetividades dos jovens no projeto que acompanharam, desestimulando visões críticas sobre as injustiças que os afetam. Por seu lado, a dissertação de Mendes (2020) foca-se nas parcerias locais e modelos de governança proporcionados pelo programa, enfatizando a necessidade de enquadramento dos projetos nas redes sociais e comunitárias, assim como a comunicação e colaboração entre as várias entidades envolvidas.

Tendo em conta a bibliografia aqui mobilizada é importante refletir sobre como o Escolhas integra este aparato de políticas de inclusão social, cujas ações se focam em bairros considerados “indisciplinados” (Uitermark, 2014: 1427), frequentemente habitados por populações maioritariamente racializadas. Por outro lado, importa debater o potencial emancipatório dessa política pública. O paradoxo do controlo e vigilância quotidianos das comunidades, famílias e juventudes consideradas de “risco” *versus* a sua emancipação deverá ser aprofundado sociologicamente, colocando a possibilidade de a própria criatividade periférica ser parte das novas formas de governança territorial da marginalidade urbana.

Metodologia

Para recolha dos dados discutidos neste artigo, foi realizada uma análise sistemática da documentação oficial que presidiu ao lançamento de cada uma das nove edições do programa Escolhas,² bem como dos relatórios de avaliação contratados a equipas externas ao programa e publicados até à data (Guerra *et al.*, 2004; Duarte *et al.*, 2007; Guerra *et al.*, 2010; Saint-Maurice *et al.*, 2013; Azevedo *et al.*, 2014; CRC-W, s/data; Alexandre *et al.*, 2020; Lopes *et al.*, 2022).

Depois da recolha e leitura dos documentos, procedeu-se a uma análise semântica quantitativa exploratória orientada para três dimensões: contextos territoriais e socioeconómicos de incidência, objetivos gerais e específicos do Escolhas e público-alvo. Seguidamente, efetuou-se uma análise de conteúdo tendo em conta diferentes subcategorias, relacionadas com a missão e estratégia, caracterização social e faixa etária do público-alvo e descrição socioeconómica dos territórios e contextos de vida, nomeadamente os contextos familiares. Desta análise de conteúdo definiu-se uma lista ampla de 15 termos³ que serviram de base ao desenvolvimento de uma análise semântica quantitativa para dar resposta às inquietações investigativas definidas pela equipa.

Nas próximas secções, demonstrar-se-á a relevância de compreender, através dos discursos oficiais, os mecanismos de nomeação e representação dos territórios e dos grupos-alvo desta política pública, bem como as suas principais transformações a partir de uma perspetiva longitudinal.

O Escolhas: um olhar diacrónico

O programa Escolhas foi lançado em janeiro de 2001, com uma duração inicial de três anos. Desde então, tem sido renovado periodicamente pelos governos em funções, encontrando-se hoje na 9.^a geração (2023-2026). A duração das edições tem sido de três anos, com algumas exceções, as quais se podem associar a decisões políticas, bem como a ciclos de financiamento: a 2.^a geração durou dois anos e quatro meses, enquanto a 7.^a e a 8.^a foram projetadas para dois anos, ainda que esta última tenha conhecido depois duas prorrogações (nove meses no total). Nas primeiras edições, houve a prática de o lançamento de uma nova geração coincidir com a

2 Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril; Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de junho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de julho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, de 9 de agosto; Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018, de 22 de novembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020, de 15 de setembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2022, de 28 de dezembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2023, de 14 de julho. Todos os documentos disponíveis em: <https://diariodarepublica.pt/dr/home>

3 Prevenção, crime/crimes, vulneráveis/vulnerabilidade, marginais/marginalidade, delinquência, integração, desviantes, igualdade, equidade, inclusão, coesão e discriminação e desigualdade(s) e empreendedorismo.

publicação do relatório de avaliação externa da anterior, mas este princípio nem sempre se tem observado. Em alguns casos, ocorreram hiatos temporais entre o final de uma geração do programa e o lançamento da seguinte — o mais longo dos quais, entre o final da 8.^a geração (setembro de 2022) e o início da 9.^a (outubro de 2023) — o que coloca em causa a continuidade da intervenção desenvolvida e acentua a precariedade dos profissionais envolvidos.

Uma análise sistemática das atas das Resoluções dos Conselhos de Ministros (RCM) que aprovaram e orientaram cada uma das gerações, bem como dos respetivos regulamentos, permite observar continuidades e também mudanças na governação do programa. Em primeiro lugar, destaca-se o facto de a 1.^a geração (2001-2003) se intitular “Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens”, tendo sido lançada com base num pedido, em agosto de 2000, à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens para preparar um programa de prevenção da delinquência juvenil, no prazo de 30 dias. Viviam-se um período de forte alarme social, em que os discursos de medo e o sentimento de insegurança urbana predominavam no debate público, ao mesmo tempo que os jovens afro-descendentes eram apresentados como o arquétipo das novas classes perigosas em Portugal (Raposo *et al.*, 2019; Alves, 2021). O preâmbulo da RCM n.º 4/2001 descreve uma situação emergencial em “bairros urbanos dos centros envelhecidos e nas periferias das grandes cidades”, ainda que o justifique mais com base em perceções do que em dados objetivos, tal como fica bem patente na seguinte passagem: “é hoje inquestionável que se generalizou a ideia de que os jovens, designadamente urbanos, estão a praticar eventualmente mais crimes do que no passado”. Estes jovens são descritos como “vivendo em contextos socioeconómicos desfavoráveis, associados a características pessoais negativas, resultantes de um processo de crescimento desajustado, são identificados como potenciais marginais”.

O epíteto mantém-se na 2.^a geração (2004-2006), mas o preâmbulo já não se foca na prevenção da criminalidade juvenil, adotando a perspetiva da “inserção social das crianças e dos jovens dos bairros mais vulneráveis” a assumir maior centralidade. Paralelamente, introduz-se “a abordagem da corresponsabilidade, com o envolvimento intenso dos próprios destinatários [...] centrada nas parcerias com a sociedade civil, mediante contratos-programa”. Se, na 1.^a geração, foram desenvolvidos “projetos experimentais” em 53 bairros considerados “mais vulneráveis” nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (RCM n.º 4/2001), a partir da 2.^a geração, o Escolhas foi alargado a todo o território nacional, desde que direcionado a jovens de contextos sociais “mais desfavoráveis e problemáticos”. Os projetos passam a ser desenvolvidos a partir de candidaturas apresentadas por entidades sociais (públicas e privadas) da sociedade civil — nomeada como “consórcio” —, com vista a permitir a “sustentabilidade da intervenção” (Despacho n.º 15111/2004, de 28 de julho de 2004). Além disso, o programa é retirado da esfera da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, simplificando a estrutura de coordenação e transferindo-a para o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), posteriormente Alto Comissariado para as Migrações (ACM), surgindo um enfoque nos “filhos ou familiares de imigrantes”. Essa opção ilustra o modo

como o estado percebe certos problemas sociais — como a delinquência juvenil — associando-os a dificuldades de integração dos jovens racializados (negros, roma-ciganos e imigrantes). Por outro lado, ao estar sob a alçada do ACIME/ACM, o Escolhas considera como imigrantes jovens que nasceram e/ou cresceram em Portugal, servindo-se das referências culturais dos seus progenitores para legitimar o caráter *outsider* dessa juventude (Raposo, 2022).

A partir da 3.^a geração (2007-2009), os termos “criminalidade” e “delinquência” desaparecem das resoluções, estabilizando o objetivo do programa em torno dos conceitos de “igualdade de oportunidades”, “coesão social” e “inclusão social”. Os destinatários são designados como jovens “de contextos mais vulneráveis”, acrescentando-se de forma sistemática os “descendentes de imigrantes e minorias étnicas” enquanto grupo de “maior risco de exclusão social e cultural” (RCM n.º 80/2006). Embora o debate em torno das desigualdades étnico-raciais permaneça oculto, o potencial da reciprocidade intercultural é sinalizado nessa edição, em que além da “Descoberta [...] da história e cultura de Portugal”, também se incentiva a partilha das culturas “dos países de origem das comunidades imigrantes, no quadro de uma sociedade aberta, plural e intercultural” (*idem*).

A 4.^a geração mantém o retrato desfavorável dos contextos, mas adota um tom mais reflexivo sobre as edições passadas, acautelando para a importância de “desconstruir estereótipos e preconceitos” e da mobilização de jovens com um “perfil de liderança positiva”. Isso inclui desde o incentivo a estratégias de empreendedorismo até à criação da figura do facilitador comunitário, incorporando na equipa técnica do Escolhas jovens dos próprios bairros “com forte potencial de criação de modelos positivos de referência” (RCM n.º 63/2009). Nessa edição estabelece-se também uma quota mínima de participantes em cada projeto, dividindo-os entre “beneficiários” e “destinatários” (Despacho Normativo n.º 27/2009, de 6 de agosto), estes últimos considerados pelo programa como jovens de risco ou em “situações de pré-delinquência” (Guerra *et al.*, 2010: 8).

A ata que aprova a 5.^a geração introduz preocupações sobre a “saúde sexual e reprodutiva”, a “promoção da igualdade de género” e o “combate ao racismo”, enquanto retoma a natureza preventiva deste programa em relação ao crime e à delinquência, embora de forma mais amena do que na 1.^a edição. A crise social que o país atravessa está patente na linguagem do texto, cujo tom economicista ressalta a eficácia do programa na utilização dos recursos, capaz de “multiplicar sucessivamente o número de participantes em cada geração e reduzir os custos por participante” (RCM n.º 68/2012). A partir dessa edição, os jovens “destinatários” passam a ser denominados “participantes diretos”, distinguindo-se dos “participantes indiretos”. Os primeiros constituem o público prioritário do Escolhas, devendo ser enquadrados em pelo menos uma das seguintes situações de risco: absentismo escolar; insucesso escolar; abandono escolar precoce; desocupação (incluindo jovens NEET); situação de desemprego; comportamentos desviantes; sujeitos a medidas tutelares educativas; sujeitos a medidas de promoção e proteção; imigrantes em situação de vulnerabilidade (Despacho Normativo n.º 17/2012).

O preâmbulo da 6.^a geração abre com uma declaração sobre a importância “da igualdade e da não discriminação”, enaltecendo os valores da cidadania.

Repete-se o autoelogio ao programa, desta vez a ressaltar o “sistema de monitorização e avaliação implementado”. Destaca-se no texto a receção internacional ao Escolhas enquanto “boa prática no âmbito da integração de imigrantes” e de “prevenção da delinquência e do crime”. Mais uma vez o foco está nas populações racializadas, particularmente nos “descendentes de imigrantes” e “grupos étnicos”, aparecendo pela primeira vez uma referência às “comunidades ciganas” enquanto público-alvo. Introduce-se também a hipótese de haver projetos direcionados aos “jovens das comunidades portuguesas no estrangeiro” (RCM n.º 101/2015).

A partir da 7.ª geração (2018-2019) é significativo que se tenha começado a mencionar os “jovens ciganos” entre os destinatários do Escolhas. Paralelamente, a “não discriminação” é acrescentada como um dos seus objetivos principais, aparecendo mais vezes ao longo do texto (6) que na edição anterior (2), inclusive com menções a “orientação sexual”, “identidade e expressão de género”, “origem racial e étnica” e “discriminação interseccional”. A 8.ª e a 9.ª gerações mantêm a ênfase no “combate à discriminação” e na “desconstrução de mitos e estereótipos” relacionados com os “portugueses ciganos” e “descendentes de imigrantes” (RCM n.º 71/2020). A linguagem mais inclusiva realça o agravamento das desigualdades sociais provocadas pelo contexto pandémico da Covid-19 e, no caso da 9.ª geração, destaca-se o desenvolvimento do “pensamento crítico e criativo” de crianças e jovens “de contextos de maior vulnerabilidade socioeconómica (RCM n.º 74/2023). Nesta última geração, o programa deixa de estar sob a alçada do ACM, sendo integrado no Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Essa mudança ocorre num momento de redefinição do público-alvo, em que os jovens descendentes de imigrantes perdem a centralidade de outrora, deixando de ser mencionados, pela primeira vez, na ata que aprova a 9.ª geração.

Ao longo das várias edições, o Escolhas mantém um enfoque genérico nos jovens como destinatários da medida, embora com algumas alterações nas faixas etárias. O foco inicial mais específico na adolescência (12 aos 18 anos) vai-se alargando no tempo. Logo a partir da 2.ª geração, a idade mínima é reduzida para os seis anos, enquanto a idade máxima se prolonga para os 24 anos nas edições posteriores,⁴ atingindo os 30 anos na 6.ª e 7.ª gerações, e descendo para os 25, nas duas seguintes, podendo abranger “participantes indiretos” com idades superiores.

Para cada edição, as organizações elegíveis (associações locais, câmaras municipais, juntas de freguesia, escolas, misericórdias, IPSS, etc.) formam “consórcios” para preparar e submeter candidaturas a financiamento, detalhando o seu projeto de intervenção (para 12 a 24 meses) e os recursos necessários, ficando a aguardar a respetiva avaliação, o que gera hiatos e riscos de precariedade dos profissionais e organizações envolvidas. A adoção de um modelo assente em projetos (e atividades) de ciclo curto tende a comprometer a sustentabilidade a longo prazo da intervenção desenvolvida nos territórios, fragilizando as instituições locais e as

4 É de sublinhar que nas 2.ª e 4.ª gerações, a idade máxima (19 aos 24 anos) dos destinatários é aceite a título excecional. Para mais informações, ver os despachos normativos correspondentes: <https://www.programaescolhas.pt/enquadramento>.

Quadro 1 Período cronológico e eixos temáticos das nove edições do programa Escolhas

Eixos temáticos	Edição								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	Período cronológico								
	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2015	2016-2018	2019-2020	2021-2022	2023-2026
Mediação social	X								
Ocupação dos tempos livres	X	X							
Participação/dinamização comunitária (e cidadania)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação			X	X	X				
Formação (profissional/qualificação)		X		X	X	X	X	X	X
Empregabilidade/emprego			X	X	X	X			
Empreendedorismo (e capacitação)				X	X	X	X	X	
Inclusão digital			X	X	X	X			
Plena integração na sociedade		X							

relações de confiança construídas, bem como precarizando os profissionais envolvidos. Esta situação é particularmente dramática no caso das associações locais com menos meios de financiamento. Além disso, a crescente abertura em termos territoriais e etários tem aumentado o número de entidades elegíveis e de candidaturas, intensificando a pressão sobre os processos de avaliação e seleção, podendo reforçar desigualdades entre territórios e entre organizações, em função dos recursos para elaborar candidaturas competitivas.

A análise dos eixos de intervenção previstos para as diferentes gerações — esquematizada no quadro 1 — apresenta mudanças relevantes ao longo do tempo. A “mediação social” e a “ocupação dos tempos livres”, preponderantes no lançamento do programa, desapareceram (a partir da 2.^a e 3.^a gerações, respetivamente), tendo permanecido apenas o eixo da “participação comunitária”, o qual se transformou em “participação, direitos e deveres cívicos e comunitários”, na 4.^a geração, e em “dinamização comunitária e cidadania”, a partir da 5.^a. Por seu lado, surgiram novos eixos, com destaque para a educação e a formação profissional, por vezes, em separado (3.^a à 5.^a gerações), noutros casos no mesmo eixo (2.^a e 6.^a à 9.^a gerações). A “empregabilidade” surgiu associada à formação profissional, da 3.^a à 5.^a edições, e associada ao emprego, da 6.^a à 8.^a (na 9.^a edição, o conceito é abandonado, surgindo apenas “emprego” e voltando a estar associado à educação e formação). É ainda significativo que se tenham introduzido eixos como a “inclusão digital” (3.^a à 6.^a edições) e o “empreendedorismo”, que surge como o modelo de “autonomização de projetos protagonizados pelos jovens” e, mais tarde, associado ao emprego (presente da 4.^a à 8.^a edições).

Uma análise de conteúdo de cada uma das resoluções permite-nos aprofundar este olhar. O enfoque inicial em descritores negativos dos jovens e dos bairros destinatários do programa — incluindo termos como “desviantes”, “crimes”, “marginais”, “negligentes”, “desfiliação”, “características pessoais negativas”, “criminalidade juvenil” ou “bairros sensíveis” — é mitigado na 2.^a e 3.^a gerações, com resoluções mais curtas e marcadas por termos como “integração”, “coesão social”, “vulneráveis” e “corresponsabilização”. A partir da 4.^a edição, surge um novo quadro conceptual, pautado por expressões transpostas do universo económico e gestor, tais como “liderança positiva”, “espírito empreendedor”, “sucesso”, “eficiência” e “empreendedorismo”. Esta mudança torna-se evidente na 5.^a geração (2013), num contexto de recessão económica e políticas austeritárias, onde se priorizam as lógicas de eficiência na “utilização de recursos” e na redução “dos custos de cada participante”. Entre a 6.^a e a 7.^a edições, esses termos vão perdendo destaque, a par de outros que vão ganhando relevância, como “não discriminação”, “desconstrução de estereótipos” e “combate às desigualdades”. Esta abordagem é mais ambiciosa na 9.^a geração (atual), em que surgem referências a “processos participativos”, “interseccionalidade” e “violência contra raparigas”.

Esta evolução permite destacar três transformações mais de fundo, as quais refletem tendências internacionais analisadas na secção inicial do artigo, mas também os enquadramentos político-ideológicos dominantes, em cada momento, e os “problemas sociais” que ocupavam o espaço público-mediático:

- (i) Inicialmente centrado na prevenção da criminalidade juvenil, o Escolhas altera o enfoque, a partir de 2004, para os eixos da integração ou inclusão social das crianças e jovens de bairros com maior vulnerabilidade socioeconómica, com ênfase nos “descendentes de imigrantes” e “minorias étnicas”.⁵
- (ii) Se as questões de mediação, ocupação dos tempos livres e participação cívica eram predominantes, a partir de 2009, o programa passou a adotar um foco mais “produtivista” (ou neoliberal), voltado para o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, com uma relevância crescente na capacidade de corresponder às necessidades das entidades empregadoras (empregabilidade) e criar o seu próprio negócio (empreendedorismo).
- (iii) A orientação anterior vai-se diluindo a partir de 2019, com um maior direcionamento para o combate às desigualdades sociais. Na 9.^a geração (2023), vários desses termos perdem relevância ou desaparecem, surgindo uma orientação específica para os jovens, associada a referências até então inexistentes, tais como a “valorização do poder educativo das artes”, o desenvolvimento do “pensamento crítico e criativo” e a desconstrução de “estigmas associados aos territórios e populações com quem os projetos intervêm” (RCM n.º 74/2023). É nesta última geração que a primazia dada às crianças e aos jovens

5 Este termo permaneceu nas Resoluções do Conselho de Ministros entre a 3.^a e a 5.^a edições do programa Escolhas, sendo substituído por “comunidades ciganas” (na 6.^a geração) e “jovens ciganos” (na 7.^a geração).

racializados como público-alvo desaparece, com a ausência de menções aos “descendentes de imigrantes” ou “jovens ciganos”.

O Escolhas sob a ótica das avaliações externas

A análise do conjunto dos relatórios de avaliação elaborados após cada edição do Escolhas permite retirar algumas conclusões relevantes em relação aos domínios de maior e menor impacto dos programas ao longo do tempo, apesar da disparidade nos procedimentos de avaliação acionados em cada relatório. Estes foram incidindo sobre aspetos diferenciados, centrados em aspetos mais genéricos da vida dos jovens ou mais na avaliação do projeto em que estiveram envolvidos, conforme a edição em causa e as instâncias que realizaram cada avaliação, e nem sempre foram ouvidos os jovens alvo dos programas (foi o caso da 2.^a, 6.^a e 8.^a gerações; na 7.^a, foram auscultados apenas os que tinham mais de 18 anos).

Correspondendo aos eixos do programa, as temáticas analisadas com mais consistência foram quatro: (i) participação/dinamização comunitária e cidadania (ao longo de todas as edições), (ii) a educação (2.^a geração e seguintes), (iii) formação profissional/qualificação (2.^a geração e seguintes) e (iv) empregabilidade/emprego (3.^a geração e seguintes).

No balanço global das oito edições avaliadas, emerge a ideia de que o eixo temático que ficou mais aquém de atingir os seus objetivos foi o da empregabilidade e emprego. Os domínios onde foi reportado um maior impacto positivo foram a educação e a qualificação, considerando a redução do abandono escolar, a melhoria do comportamento das crianças e jovens na escola e a frequência de cursos de formação profissional ou profissionalizante. Tal como observado recentemente relativamente ao programa TEIP (Abrantes, 2022), será importante não esquecer que esta transição do epicentro das vidas da grande maioria dos jovens, do mercado de trabalho para as instituições educativas, constitui um traço central da transformação da sociedade portuguesa, nas últimas duas décadas, a qual vai muito além da intervenção de programas específicos (Vieira, Ferreira e Rowland, 2015).

Como principais efeitos positivos do Escolhas nas crianças e jovens abrangidos, as avaliações externas reportam as melhorias a nível de “mudança comportamental e responsabilidade” (incluindo o relacionamento com os outros), “autoestima e autoconceito”, “autonomia” (ainda que registada alguma dependência dos projetos e técnicos), “trabalho em equipa e aprendizagem de regras”, “imagens da escola e expectativas do futuro” (ainda que com ressalvas face à postura autoritária de alguns professores). Refere-se, porém, no relatório da 4.^a geração, uma dificuldade na “reversão de processos de exclusão”. No conjunto do programa, a avaliação indica que o impacto é mais significativo junto dos jovens mais novos e, particularmente, em relação ao seu comportamento na escola, na família e com os amigos. Em relação às dificuldades sentidas na implementação, foi mais frequentemente referida a falta de envolvimento dos jovens mais velhos, das famílias e de outros membros da comunidade, entre os quais os professores. Estes desafios observados pelos técnicos têm semelhanças

com o observado por Vieira, Pappamikail e Ferreira (2020), no estudo sobre um outro instrumento de políticas públicas para a juventude intitulado “Garantia Jovem”.

Merece destaque a avaliação da 5.^a geração, pela discrepância entre a análise realizada pelos autores do relatório e os resultados do questionário preenchido pelos jovens. Na explicação das dificuldades relacionadas com o sucesso escolar, os autores evocam razões como as baixas habilitações escolares da família, o desemprego, os reduzidos hábitos de leitura, a falta de computador em casa, o falar uma língua estrangeira em casa, as famílias com baixas expectativas escolares. No entanto, os dados do inquérito revelam que grande parte dos jovens têm a perceção de existir efetivo apoio (escolar e afetivo) por parte da família, bem como revelam ter altas taxas de autoestima. Tal como observado noutros estudos (Silva, 2013; Seabra, 1999), persistem estereótipos associados às famílias com baixas habilitações e sua descendência, as quais tendem a manter uma participação distanciada na escola, na medida em que apoiam e valorizam a escolarização dos filhos, não interferindo na vida escolar, por se sentirem inferiores ou estranhos a esse contexto.

A partir da 6.^a geração, os relatórios evidenciam elogios à missão e aos seus impactos, a par de críticas à burocracia instalada na gestão do programa, à escassez de recursos, à curta duração das edições e do respetivo financiamento, e ainda à alta rotatividade nas equipas técnicas e ao desgaste elevado do trabalho. Tendo as equipas técnicas dos projetos como principal fonte, a perceção do impacto do Escolhas é claramente positiva, sendo referido que diminuíram (i) os “comportamentos desviantes”, (ii) os atos de vandalismo, (iii) os *graffiti* contra a polícia, e (iv) as narrativas de ódio contra as populações do bairro. Outro aspeto referido foi o aumento da consciencialização sobre questões relativas à orientação sexual e ao racismo. Tal como observado na literatura internacional (Uitermark, 2014; Blokland, 2019), estas perspetivas permitem equacionar a linha ténue que se tende a estabelecer entre emancipação, combate à segregação, controlo social e “higienização”.

Sobre os eixos de intervenção ligados à atividade laboral, faz-se referência a uma implementação muito limitada do “empreendedorismo”, apesar dos esforços dos promotores dos projetos. O sucesso reduzido desta medida é atribuído a um conjunto de razões, entre as quais o facto de o público ainda “necessitar de adquirir um conjunto de competências essenciais que lhe permita compreender [os conteúdos]” e por “desmotivação e desinteresse do público com iniciativas desta natureza” (relatório de avaliação da 4.^a edição). A avaliação da 6.^a geração vai mais longe, ao considerar um dos domínios menos adequados às populações envolvidas (a par da inclusão digital) pois “parece, de alguma forma, desfasado do que são as necessidades reais dos territórios, das pessoas e dos projetos”, concluindo que a “dimensão do empreendedorismo [...] parece ser um pouco forçada”.

Que sugestões de melhoria surgem nos relatórios de avaliação? Do ponto de vista organizacional, tornar a estrutura do programa menos rígida e normativa, reduzindo as exigências de ordem burocrática (houve referência à plataforma de monitorização AGIL que, apesar de ter aspetos positivos, representa uma grande sobrecarga para o trabalho dos técnicos, em detrimento do trabalho com as crianças e jovens) e dando maior liberdade na escolha do tipo de atividades a

implementar, de acordo com as especificidades dos territórios em intervenção. Potenciar a estabilidade das equipas técnicas e existir um compromisso de continuidade do programa, são outros dois aspetos salientados.

Em síntese, apesar da contínua reestruturação e da atualização que a implementação do programa exige, a ideia geral é a de que os jovens consideram gratificante participar no Escolhas, pelo envolvimento em experiências às quais não teriam acesso de outro modo, criando-se o que é referido no relatório de avaliação da 4.^a edição como uma “identidade Escolhas”. Aliás, este relatório cita jovens que afirmam que: “estar no Escolhas é uma sorte”, uma “dádiva” ou um “prémio”. Como é evidente, este programa, como qualquer outro, tem impactos positivos, cujo alcance é sempre limitado: potencia melhorias que estavam em estado embrionário no terreno e que se efetivam com a presença e “alavancagem” do Escolhas, mas dificilmente consegue agir num quadro estabelecido em que não existem outros impulsos no sentido da transformação da situação de exclusão vivida pelos jovens. Por outro lado, sabemos que a mudança, quando ocorreu, só é sustentável se for possível alargar o compromisso com as instituições e as organizações locais, bem como com a sociedade no sentido amplo.

Conclusões

Intervir nas complexas e multidimensionais realidades juvenis é, desde o início, um convite à análise da estruturação das nossas sociedades, dada a centralidade imagética e simbólica de tais condições sociais. As juventudes articulam-se no plural, apesar de não ser despendendo o enfoque da geração social, assente na (i) constatação de uma tipicidade juvenil (Pais, 2003) produzida pela acumulação de efeitos socializadores num tempo histórico determinado; (ii) na juvenilização das referências identitárias alavancadas pela globalização e pela conectividade digital, com fortíssimo impacto na forma como as próprias sociedades e indivíduos se representam e imaginam (o que produz efeitos reais).

- i) Ao aproximar-nos de populações juvenis em contextos periféricos, ainda mais o plural se desdobra. Ganha particular relevância a mobilização da interseccionalidade situada (como, num dado contexto, se articulam e interagem dimensões de classe, de idade, de género, de referência étnico-racial, de orientação sexual, etc.) e da consubstancialidade. Tais dimensões de prática geradoras de desigualdade atuam num mesmo momento, em íntima relação, e não de forma totalmente autónoma e desconexa (Galerand e Kergoat, 2014).
- ii) Por isso, abordámos ao longo do texto várias das tensões que a análise do Escolhas convoca e que impedem qualquer tentativa de simplificação dualista, pois as tensões relacionam em vez de opor drasticamente.
- iii) A tensão entre *prevenção* e *domesticação*, parcialmente herdada dos programas de educação compensatória, e mais presente nas gerações iniciais do programa, contaminada pela preocupação securitária face à suposta proliferação de comportamentos desviantes e a necessidade, neofilantrópica e

paternalista, de pacificação das populações juvenis. A intervenção, tendencialmente orientada para a disciplinação, obtém resultados positivos na melhoria dos indicadores escolares e comportamentais, enquanto o objetivo de remoção das lógicas geradoras e reprodutoras de desigualdade pode ser secundarizada.

- iv) A tensão *controle social e diminuição do risco* versus *empoderamento* dá conta das metamorfoses dos sistemas de valores e das técnicas de governamentalidade, crescentemente banhadas na gramática de psicologização das relações sociais trazidas pelas versões expressivas do neoliberalismo. Já não se trata de “desordem”, mas de prevenção, associando a produção da ordem social à redução das zonas de incerteza; já não se fala amiúde das responsabilidades coletivas, antes se convida o jovem (escala micro) e o território (escala meso) a auto-organizarem-se, a usufruírem de uma certa margem de autonomia para criarem as condições de produção de si mesmos, algo que apenas uma rigorosa autovigilância assegura.
- v) A tensão *criatividade* versus *mercantilização*, presente nas gerações mais recentes do programa, removendo a arte do pedestal dos templos sagrados da “cultura cultivada” aos locais profanos do bairro, da rua e do quotidiano, projetando o “talento” e a visualidade das margens, mas, ao mesmo tempo, integrando-as na dinâmica mercantil da cidade-montra. Tais estratégias de aparente “abertura” dos territórios periféricos podem constituir, no mesmo movimento, formas de “clausura” no “patriotismo de cidade” que a gentrificação e a “turistificação” trouxeram.

Nestas tensões move-se a análise das repercussões do Escolhas ao longo das suas metamorfoses. Viajar nas suas múltiplas gerações é caminhar no tempo, percebendo como objetivos sociais e magmas de valores e enquadramentos político-ideológicos se vertem em políticas públicas e como estas, por sua vez, são apropriadas, recicladas e disputadas pelas populações e organizações a que se destinam. A produção de categorias oficiais e administrativas de perceção (“bairros vulneráveis”, “periferias”, “jovens problemáticos”, “marginalidade”) e o seu grau de incorporação (com maior ou menor distanciamento) nas camadas juvenis que pretendem instituir, ordenar e classificar é, pois, um eixo central desta pesquisa.

Por fim, será importante destacar o carácter exploratório deste artigo, no âmbito de uma investigação em curso, a qual permitirá aprofundar esta temática, nomeadamente, através de uma análise extensiva dos projetos locais aprovados e desenvolvidos, ao longo das sucessivas gerações do programa, assim como o trabalho intensivo em alguns territórios periféricos, de forma a analisar como as dinâmicas de inclusão e exclusão dos jovens se têm desenrolado, ao longo do tempo, em interação com diferentes instituições e programas de intervenção.

Referências bibliográficas

- Aalbers, Manuel B., e Ellen van Beckhoven (2010), "The integrated approach in neighborhood renewal: more than just a philosophy?", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 101 (4), pp. 449-461.
- Abrantes, Pedro (2022), "Têm os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária mitigado as desigualdades educativas e sociais?", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 45, pp. 147-160.
- Abrantes, Pedro, e Cristina Roldão (2019), "The (mis)education of African descendants in Portugal: towards vocational traps?", *Portuguese Journal of Social Science*, 18 (1), pp. 27-55.
- Alegre, Miguel Àngel, Jordi Collet, e Sheila González (2011), "How policies of priority education shape educational needs: new fabrications and contradictions", *Educational Policy*, 25 (2), pp. 299-337.
- Alexandre, Joana, Clara Barata, Sofia Oliveira, Santiago Almeida, e Joana Gomes (2020), *Avaliação Externa do Programa Escolhas E7G. Relatório Final*, Lisboa, ACM.
- Alves, Ana Rita (2021). *Quando Ninguém Podia Ficar. Racismo, Habitação e Território*. Lisboa, Tigre de Papel.
- Amin, Ash (2005), "Local community on trial", *Economy and Society*, 34 (4), pp. 612-633.
- Azevedo, Joaquim, Ana Cláudia Valente, Isabel Baptista, Luísa Trigo, e Rodrigo Queiroz e Melo (2014), *Avaliação Externa do Programa Escolhas: 5.ª Geração — 2.º Relatório Intercalar*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, FCH-Católica.
- Baudry, Sarah Lilia (2017), "Rome: a cultural capital with a poor working-class heritage: strategies of touristification and artification", em Maria Gravari-Barbas e Sandra Guinand (orgs.), *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises*, Londres, Routledge, pp. 134-152.
- Blokland, Talja (2019), "'We live like prisoners in a camp': surveillance, governance and agency in a US Housing Project", em John Flint e Ryan Powell (orgs.), *Class, Ethnicity and State in the Polarized Metropolis*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 53-79.
- Calado, Pedro, e Vera Duarte (2015), "Programa Escolhas: um contributo na prevenção da delinquência juvenil em Portugal", em Sofia Neves, Vera Duarte, Regina Barbosa e Nilton Formiga (orgs.), *Violências na Contemporaneidade em Portugal e no Brasil. Teorias e Práticas*, Maia, Edições ISMAI, pp. 143-182.
- Campos, Ricardo, e Ágata Sequeira (2020), "Urban art touristification: the case of Lisbon", *Tourist Studies*, 20 (2), pp. 182-202.
- Carmo, Renato Miguel do, e Ana Rita Matias (2019), "As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 118, pp. 53-78.
- Cassab, Clarice, Juliana Toledo, Kátia Ferreira, e Rayssa Resende (2016), "Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira", *Finisterra*, 51 (102), pp. 103-120.
- Castel, Robert (1991), "From dangerousness to risk", em Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller (orgs.), *The Foucault Effect. Studies in Governmentality*, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 281-298.

- Chapman, Christopher, e Mel Ainscow (2019), "Using research to promote equity within education systems: possibilities and barriers", *British Educational Research Journal*, 45 (5), pp. 899-917.
- Cohen, Stanley (1985), *Visions of Social Control. Crime, Punishment and Classification*, Cambridge, Polity.
- Courtioux, Pierre, e Tristan-Pierre Maury (2021), "Social diversity: a review of twelve years of targeting priority education policies", *Economie et Statistique*, 528-529, pp. 9-28.
- CRC-W (s/data), *Programa Escolhas 6G: Relatório de Avaliação*, Lisboa, CRC-W — Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing.
- Crespi-Vallbona, Montserrat, e Oscar Mascarilla-Miró (2021), "Street art as a sustainable tool in mature tourist destinations: a case study of Barcelona", *International Journal of Cultural Policy*, 27 (4), pp. 422-436.
- Das, Veena, e Deborah Poole (2004), "State and its margins: comparative ethnographies", em Veena Das e Deborah Poole (orgs.), *Anthropology in the Margins of the State*, Santa Fe, School of American Research Press, pp. 3-33.
- De Tommasi, Livia (2014), "Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas", *Educação & Pesquisa*, 40 (2), pp. 533-547.
- Donzelot, Jacques (1979 [1977]), *The Policing of Families*, Nova Iorque, Pantheon Books.
- Duarte, Isabel, Cristina Roldão, João M. Nogueira, e Sónia Costa (2007), *Relatório Final de Avaliação Externa E2G — Escolhas 2.ª Geração*, Lisboa, CET — Centro de Estudos Territoriais.
- Elliott, Eva, Gareth M. Thomas, e Ellie Byrne (2020), "Stigma, class, and 'respect': young people's articulation and management of place in a post-industrial estate in South Wales", *People, Place and Policy Online*, 14 (2), pp. 157-152.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, Princeton University Press.
- Felouzis, Georges, Barbara Fouquet-Chauprade, e Samuel Charmillot (2018), "School segregation in France: the role of public policies and stakeholder strategies", em Xavier Bonal e Cristián Bellei (orgs.), *Understanding School Segregation. Patterns, Causes and Consequences of Spatial Inequalities in Education*, Londres, Bloomsbury, pp. 29-44.
- Ferraz, Hélder, Tiago Neves, e Gil Nata (2019), "Has the Portuguese compensatory education program been successful in reducing disadvantaged schools' performance gaps? A 15-year quantitative analysis of national exams", *Education Sciences*, 9 (4), DOI: 10.3390/educsci9040270.
- Ferro, Lígia (2015), "Jump Lisbon! Notes from an Ethnography of Urban Flows", *Portuguese Journal of Social Science*, 14 (2), pp. 177-192.
- Ferro, Lígia (2016), *Da Rua para o Mundo. Etnografia Urbana Comparada do Graffiti e do Parkour*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Frاندji, Daniel, e Jean-Yves Rochex (2011), "De la lutte contre les inégalités à l'adaptation aux 'besoins spécifiques'", *Éducation & Formations*, 80, pp. 95-108.
- Galerand, Elsa, e Danièle Kergoat (2014), "Consubstantialité vs intersectionnalité? À propos de l'imbrication des rapports sociaux", *Nouvelles Pratiques Sociales*, 26 (2), pp. 44-61.

- Gato, Maria Assunção, Pedro Costa, Ana Rita Cruz, e Margarida Perestrelo (2022), "Creative tourism as boosting tool for placemaking strategies in peripheral areas: insights from Portugal", *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 46 (8), pp. 1500-1518.
- Guerra, Isabel, Madalena Paiva Gomes, Ana Guerra, Fernanda Rodrigues, Helena Nunes, e Ivone Afonso (2004), *Relatório Final da Avaliação Externa: Escolhas*, Lisboa, CET — Centro de Estudos Territoriais.
- Guerra, Isabel, Ana de Saint-Maurice, Sónia Costa, Pedro Graça, Orlando Martins, e Rui Oliveira (2010), *Programa Escolhas 2006-2009. Relatório Final de Avaliação*, Lisboa, Dinâmia — CET.
- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes e Inês Pereira (2009), "Transitions in youth: trajectories and discontinuities", em Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha (orgs.), *Portugal in the European Context, vol. III: Welfare and Everyday Life*, Lisboa, CIES-Iscte, pp. 227-247.
- Hancock, Claire, Sophie Blanchard, e Amanda Chapuis (2018), "Banlieusard.e.s claiming a right to the City of Light: gendered violence and spatial politics in Paris", *Cities*, 76, pp. 23-28.
- Hespanha, Pedro, Sílvia Ferreira, e Vanda Pacheco (2014), "O Estado Social, crise e reformas", em José Reis (org.), *A Economia Política do Retrocesso. Crise, Causas e Objetivos*, Coimbra, Almedina, pp. 189-281.
- Howard, Frances (2023), "'Radio is a blank canvas for youth work': communication, creative agency, compassion and empathy", *Journal of Applied Youth Studies*, 7, pp. 137-154.
- Jacquier, Claude (2005), "On relationships between integrated policies for sustainable urban development and urban governance", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 96 (4), pp. 363-376.
- Kwon, Soo Ah (2013), *Uncivil Youth. Race, Activism, and Affirmative Governmentality*, Durham, Duke University Press.
- Lew, Alan A. (2017), "Tourism planning and place making: place-making or placemaking?", *Tourism Geographies*, 19 (3), pp. 448-466.
- Lopes, João Teixeira (2011), *Escolas Singulares. Estudos Locais Comparativos*, Porto, Afrontamento.
- Lopes, João Vasco, Augusta Correia, Catarina Mendes Cruz, Tânia Almeida, e Pedro Estêvão (2022), *Avaliação Externa do Programa Escolhas E8G. Relatório Final*, Lisboa, CoLABOR — Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social.
- Mansilla, José A., e Claudio Milano (2019), "Becoming centre: tourism placemaking and space production in two neighborhoods in Barcelona", *Tourism Geographies*, 24 (4-5), pp. 599-620.
- Matoga, Lukasz, e Aneta Pawlowska (2018), "Off-the-beaten-track tourism: a new trend in the tourism development in historical European cities. A case study of the city of Krakow, Poland", *Current Issues in Tourism*, 21 (14), pp. 1644-1669.
- Mateus, Sandra, e Teresa Seabra (2016), "Políticas de integração dos descendentes de imigrantes na sociedade Portuguesa (1976-2015)", *Atas do 9º Congresso Português de Sociologia*.

- Mendes, Carla Alexandra Ferreira (2020), *Redes de Parceria e Governança. Processos, Dinâmicas e Resultados na Promoção da Inclusão Social*, Coimbra, Universidade de Coimbra, tese de mestrado.
- Nicholls, Walter J. (2006), "Associationalism from above: explaining failure through France's Politique de la Ville", *Urban Studies*, 40 (10), pp. 1779-1802.
- Pais, José Machado (2003), *Culturas Juvenis*, Lisboa, INCM — Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pritchard, Stephen (2020), "The artwashing of gentrification and social cleansing", em Peter Adey, Janet C. Bowstead, Katherine Brickell, Vandasa Desai, Mike Dolton, Alasdair Pinkerton e Ayesha Siddiqi (orgs.), *The Handbook of Displacement*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 179-198.
- Raposo, Otávio (2022), "The art of governing youth: empowerment, protagonism, and citizen participation", *Social Inclusion*, 10 (2), pp. 95-105.
- Raposo, Otávio (2023), "Street art commodification and (an)aesthetic policies on the outskirts of Lisbon", *Journal of Contemporary Ethnography*, 52 (2), pp. 163-191.
- Raposo, Otávio, e Guilherme Aderaldo (2019), "Políticas públicas e produção artístico-cultural entre jovens das periferias de Lisboa e São Paulo", *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 23(1), pp. 109-132.
- Raposo, Otávio, Ana Rita Alves, Pedro Varela, e Cristina Roldão (2019), "Negro drama: racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, pp. 5-28.
- Saint-Maurice, Ana de, Vanessa Palma Pereira, Isabel Guerra, e Cristina Roldão (2013), *Avaliação Externa do Programa Escolhas 2010-2012*, Lisboa, Dinâmia — CET.
- Seabra, Teresa (1999), *A Educação nas Famílias. Etnicidade e Classes Sociais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Silva, Pedro (2013), "Escolas, famílias e desigualdades sociais", em Ana Matias Diogo e Fernando Diogo (orgs.), *Desigualdades no Sistema Educativo. Percursos, Transições e Contextos*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 71-88.
- Sweeney, Jill, Kathy Mee, Pauline McGuirk, e Kristian Ruming (2018), "Assembling placemaking: making and remaking place in a regenerating city", *Cultural Geographies*, 25 (4), pp. 571-587.
- Uitermark, Justus (2014). "Integration and control: the governing of urban marginality in Western Europe", *International Journal of Urban and Regional Research*, 38 (4), pp. 1418-1436.
- Van de Wetering, Simone (2023), "Facilitating citizen participation in marginalised neighbourhoods: selective empowerment in between vulnerability and active citizenship", *Local Government Studies*, 50 (3), pp. 498-520.
- Vieira, Maria Manuel, Vítor Sérgio Ferreira, e Jussara Rowland (2015), "Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011", *Revista de Estudos Demográficos*, 54, pp. 5-25.
- Vieira, Maria Manuel, Lia Pappamikail, e Tatiana Ferreira (2020), "Rede Local de Parceiros Garantia Jovem: tensões e obstáculos às políticas de proximidade", em Almerindo Janela Afonso e José Augusto Palhares (orgs.), *Entre a Escola e a Vida da Escola. A Condição de Jovens para Além do Ofício de Aluno*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão, pp. 135-158.

- Wacquant, Loïc (2006), “A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16 (1), pp. 29-41.
- Wacquant, Loïc (2023), *Bourdieu na Cidade. Desafios à Teoria Urbana*, Lisboa, Outro Modo.
- Zaluar, Alba (1996), “A globalização do crime e os limites da explicação local”, em Gilberto Velho e Marcos Alvito (orgs.), *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro, UFRJ e FGV, pp. 48-68.

Pedro Abrantes. Professor da Universidade Aberta e investigador integrado do Laboratório de Educação a Distância e eLearning (LE@D). Professor convidado do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa e investigador associado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal.
E-mail: pedro.abrantes@iscte.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9572-9563>
Contribuições para o artigo: conceptualização, metodologia, supervisão, redação do original, revisão e edição.

Otávio Raposo. Investigador integrado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), professor auxiliar convidado do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa e coordenador do projeto PeriCreativity, Lisboa, Portugal.
E-mail: otavio_raposo@iscte-iul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8000-6901>
Contribuições para o artigo: conceptualização, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, redação do original, revisão e edição.

Lígia Ferro. Professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
E-mail: lferro@letras.up.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2704-4308>
Contribuições para o artigo: conceptualização, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, revisão e edição.

Pedro Varela. Investigador integrado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
E-mail: pedromfvarela@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7332-8635>
Contribuições para o artigo: curadoria dos dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, administração do projeto, revisão e edição.

Beatriz Lacerda. Doutoranda na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e bolsista do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), no âmbito do projeto PeriCreativity.

E-mail: bunny.lacerda@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6712-5578>

Contribuições para o artigo: curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, revisão e edição.

Teresa Seabra. Professora associada do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa e investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal.

E-mail: teresa.seabra@iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7351-9477>

Contribuições para o artigo: conceptualização, análise formal, investigação, metodologia, redação do original.

Mateus Sadock. Doutorando no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa e bolsista do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), no âmbito do projeto PeriCreativity.

E-mail: mateus_sadock@iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0566-7405>

Contribuições para o artigo: curadoria dos dados, análise formal, investigação.

Liliana Moreira. Técnica superior na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I. P.), Lisboa, Portugal.

E-mail: liliana.jose.alves.moreira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2660-3013>

Contribuições para o artigo: conceptualização, investigação, revisão e edição.

João Teixeira Lopes. Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

E-mail: jlopes@letras.up.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-7411>

Contribuições para o artigo: conceptualização, redação do original.

Receção: 03/12/2024 Reformulação: 04/08/2025 Aprovação: 28/08/2025